

ENCONTRO NACIONAL DE POLÍTICAS PARA A DANÇA

DANÇA É POLÍTICA



FUNDAÇÃO NACIONAL DE ARTES
funarte 50 ANOS

MINISTÉRIO DA
CULTURA

GOVERNO DO
BRASIL
DO LADO DO POVO BRASILEIRO

Presidência da República
Luiz Inácio Lula da Silva

Vice-Presidência
Geraldo Alckmin

Ministra de Estado da Cultura
Margareth Menezes da Purificação

Secretário Executivo do Ministério da Cultura
Márcio Tavares dos Santos

FUNDAÇÃO NACIONAL DE ARTES (FUNARTE)

Presidenta
Maria Marighella

Diretor-executivo
Leonardo Lessa

Chefia de Gabinete
Patricia Campolina

Diretora do Centro de Artes Visuais
Sandra Benites

Diretor do Centro de Circo
Marcos Teixeira

Diretor do Centro de Dança
Rui Moreira

Diretora do Centro de Música
Eulícia Esteves

Diretora do Centro de Teatro
Aline Vila Real

Diretor de Memória, Pesquisa
e Produção de Conteúdos
Glauber Coradesqui

Coordenadora Geral
de Comunicação
Paula Berbert

Coordenadora Geral de Difusão
Carila Spengler Matzenbacher

Coordenadora Geral de Fomento
Luisa Hardman

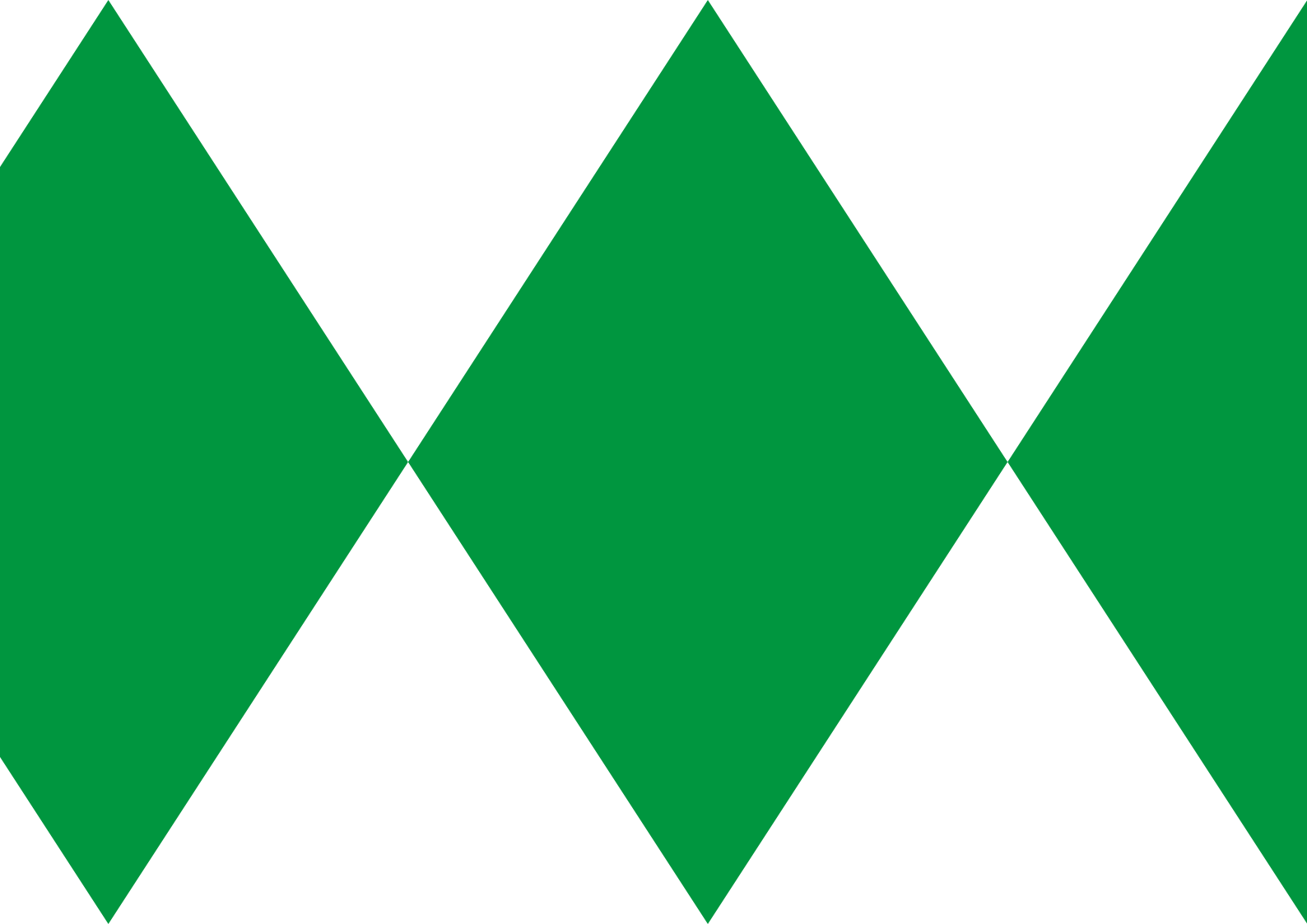
Coordenador Geral de Orçamento
e Administração
Filipe Pereira de Aguiar Barros

Coordenador Geral de Patrimônio
e Tecnologia
Paulo Henrique da Costa Barros



MINISTÉRIO DA
CULTURA

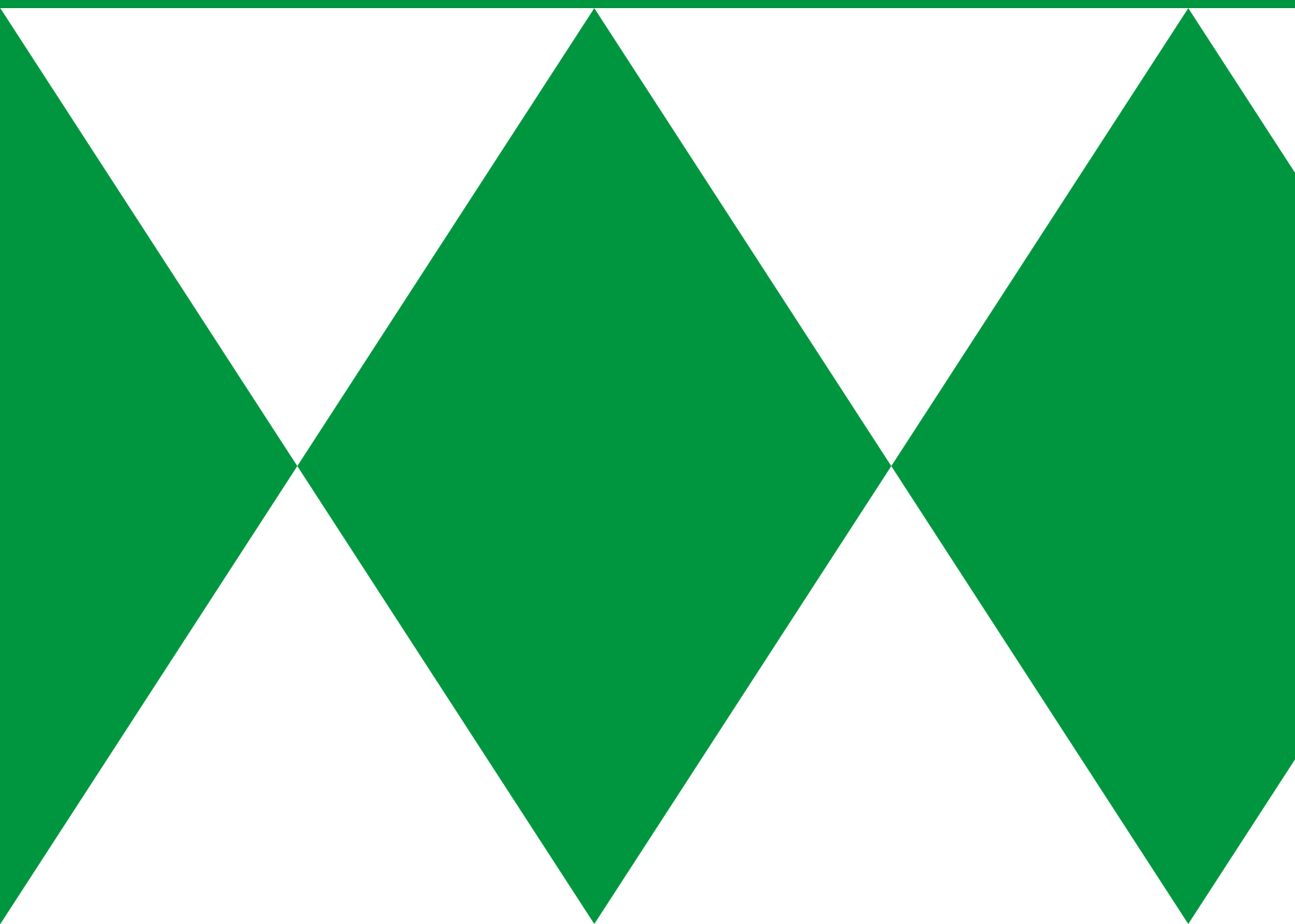




CARTA DE BRASÍLIA

Encontros Dança é Política
Brasília, 2 e 3 set 2025

**POR UMA POLÍTICA
PARA A DANÇA PAUTADA
NA DIVERSIDADE,
TERRITORIALIDADE E
FINANCIAMENTO**





A série Encontros Dança é Política foi realizada através da parceria institucional entre o Fórum Nacional da Dança – FND e a Fundação Nacional das Artes – FUNARTE, órgão vinculado ao Ministério da Cultura. A ação foi composta por duas etapas online, realizadas nos dias 18 e 25 de agosto de 2025 e nos dias 02 e 03 de setembro, em formato presencial na cidade de Brasília, no Instituto Federal de Brasília – IFB/DF. Foram dois dias de discussões profundas sobre as demandas da Dança pelo país afora neste momento de reestruturação efetiva da FUNARTE.

Todos os encontros tiveram como público-alvo: profissionais e estudantes de dança, gestores culturais atuantes no campo da Dança, representantes de coletivos, fóruns e redes de articulação, instituições públicas e privadas ligadas às Artes e à Cultura, parlamentares e gestores públicos. Foi realizada também uma consulta pública virtual com o objetivo de ampliar o alcance da participação, que está anexa a este documento.

Pela reconhecida abrangência de atuação em todo território nacional, **Fórum Nacional da Dança – FND** foi a entidade representativa designada para firmar parceria junto à **FUNARTE**, na organização conjunta do Encontro Setorial da Dança. Em sua trajetória, o **FND** vem estimulando, a sociedade civil, de um lado, e as instâncias governamentais, de outro, para que se crie avanços significativos no pensamento crítico acerca do que é trabalhar com Dança no Brasil de hoje.

A realização do **Encontros Dança é Política** promoveu a discussão Setorial, partindo da abordagem do texto base da Política Nacional das Artes, intitulado ***Brasil das Artes: Uma Política Nacional***. Articulou o encontro entre gestores públicos e representantes da sociedade civil de diversos estados brasileiros e áreas de atuação na Dança, com o aprofundamento do debate, consulta e mobilização. Considerou também todo acúmulo produzido na IV Conferência Nacional de Cultura, além do processo de atualização do ***Sistema Nacional de Cultura – SNC*** e da ***Política Nacional Aldir Blanc – PNAB***, com o recorte nas Ações Continuadas. As temáticas suscitaram desafios, tensionamentos e apresentaram expectativas trazidas pela sociedade civil e gestores presentes.

O **Encontros Dança é Política** celebrou a conquista histórica da criação do **Centro de Dança da FUNARTE**. Na ocasião, reforçou a necessidade de sua consolidação com equipe técnica especializada do campo da Dança, planejamento estratégico e orçamento compatível para a efetiva implementação das políticas públicas setoriais da Dança.

O **Encontros Dança é Política** reconhece momentos fundamentais na trajetória da articulação política da Dança. Reflete o esforço conjunto de associações, movimentos, sindicatos, cooperativas, coletivos e demais formas de organização da sociedade civil, que têm atuado de forma ativa e estratégica na atual conjuntura, dentre as quais:

- A participação efetiva na indicação de um **profissional do setor** para ocupar um cargo de gestão no governo, no âmbito da **FUNARTE/MinC**, sendo nomeado o bailarino, coreógrafo, pesquisador, professor de danças e gestor cultural, Rui Moreira, na Diretoria

de Artes Cênicas. A partir da reestruturação este foi nomeado diretor do **Centro de Dança da FUNARTE**;

- A presença ativa de diversos membros na **4a Conferência Nacional de Cultura**, em março de 2024, participando das discussões focais dos Eixos para elaboração do que virá a ser o novo Plano Nacional de Cultura (PNC), atualmente sendo encaminhado ao congresso para aprovação, além da realização de uma atividade autogestionada;
- A incidência coletiva nacional pela votação da proposta – ***Colegiado Setorial da Dança e Fundo Setorial da Dança. Criação e implementação do Colegiado Setorial da Dança e criação de um fundo de fomento específico aos setores culturais e artísticos, garantindo a implementação e acesso específicos ao setor***, que obteve 1.010 votos, se configurando como a 2a mais votada no **eixo 1 – Gestão e participação**, que possibilitou um representante do FND estar presencialmente em Brasília defendendo a proposta da categoria em abril de 2025;
- A estruturação de uma **Campanha de Mobilização Nacional** em torno da aprovação do PL da Dança com amplo alcance nas redes sociais e também com abaixo-assinado que coletou 6.628 assinaturas e que culminou com a aprovação na Comissão do Trabalho;
- A articulação para a realização dos **Encontros Dança é Política** abordou os desafios da conjuntura política do país e dos Projetos de Lei que estão em tramitação. Como desdobramento específico, no dia 3 de setembro, aconteceu a visita ao gabinete do Deputado Federal Hildo Rocha, Relator do PL da aposentadoria especial para os trabalhadores da Dança, de autoria do Deputado Federal Carlos Zarattini, presidente da Frente Parlamentar da Dança.

Estas são algumas das ações realizadas no período, que refletem o compromisso e empenho das mobilizações do campo da Dança na luta pela construção de políticas públicas efetivas para o setor, com representação e diversidade nacional, para que se tornem ações efetivas nas pontas e nos territórios de todo o país.

Todos esses aspectos das articulações políticas coadunam, ainda, com os últimos dados da UNESCO sobre o fazer artístico cultural ao redor do mundo. O sítio nonada.com.br tem trazido artigos e dados fundamentais sobre as discussões mais impactantes sobre a Arte e Cultura no planeta. Em suas últimas publicações podemos destacar elementos cruciais:

A Unesco lançou nesta segunda (29) a publicação “O ODS Ausente: Relatório Global da Unesco sobre Políticas Culturais”, um estudo que levanta dados sobre a contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável. O momento aconteceu durante a programação do Mondiacult 2025, Conferência Mundial sobre Políticas Culturais e Desenvolvimento Sustentável.¹

“A cultura como um objetivo independente e autônomo no quadro de Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) para além da Agenda 2030. Essa é a assertiva inédita defendida pelos Ministros e Autoridades da Cultura de 160 países na carta final do Mondiacult 2025, a maior conferência voltada a políticas culturais, que nesta edição ocorreu em Barcelona, na Espanha.”

“Remuneração justa e adequada, proteção social aos artistas, integração entre cultura e educação, proteção à liberdade artística, incentivo à participação de minorias no setor cultural, incluindo povos indígenas e promover o uso responsável da Inteligência Artificial foram algumas das ações aprovadas.”²

A desigualdade histórica de investimento à cultura, porém, segue uma marca presente. Apesar desses avanços persistem as grandes disparidades em relação ao sul global. O gasto público com cultura é, em média, de US\$418,56 per capita na Europa e América do Norte — quase treze vezes mais do que no restante do mundo combinado. Na América Latina, a média de investimento anual é de US\$10 per capita.³

De um lado, **a Arte e Cultura como elemento fundamental** e estruturante da organização da sociedade, **com indicação de se tornar uma ODS (Objetivos para Desenvolvimento Sustentável)**, e outra seu impacto na geração de PIB das nações, e o investimento totalmente assimétrico feito pelos países do norte e do sul global e, portanto, o quanto ainda temos que avançar na estruturação das nossas políticas públicas, além da demonstração da narrativa falsa de sustentabilidade do setor. Não há desenvolvimento artístico e cultural que ocorra, em nação nenhuma, sem a participação do Estado. A Arte e a Cultura não são elementos que possam ser apartados do investimento político e financeiro do Estado Brasileiro.

PROPOSTAS PARA O FORTALECIMENTO DA DANÇA NO BRASIL

Com base nas discussões realizadas durante os **Encontros Dança é Política**, este documento apresenta um conjunto de propostas de políticas públicas voltadas à consolidação de direitos culturais, fortalecimento institucional e ampliação do acesso ao fomento no campo da Dança Brasileira. As propostas consideram a diversidade do setor e priorizam a participação social, acessibilidade, a equidade e a descentralização dos recursos públicos.

1

A destinação de 2% do Orçamento Nacional para a Cultura, com a implementação do Sistema Nacional de Arte e Cultura e todos seus elementos: Conselho, Plano, Fundo, Indicadores e demais;

2

A criação dos Fundos e Colegiados Setoriais para as Artes, especificamente para a Dança e das demais linguagens separadamente, dadas as suas especificidades;

3 A criação de cadeiras específicas no Conselho Nacional de Políticas Culturais – CNPC para a Dança e das demais linguagens, separadamente, dadas as suas especificidades;

4 Estruturação do Prêmio de Dança Mercedes Baptista no âmbito da FUNARTE – Prêmio aberto para mulheres negras em parceria com outras instâncias governamentais.

5 Solicitação de participação da sociedade civil no Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes de Cultura das Capitais e Municípios Associados com representação da Dança e das demais linguagens;

6 Lançamento do formulário das entidades, organizações, articulações de discussão política da Dança com apoio da FUNARTE/MinC.

7 Apoio da FUNARTE/MinC aos PLs em tramitação no Congresso Nacional.

- Projeto de Lei que Regulamenta a Atividade dos Profissionais da Dança – PL no 4768/2016;
- Projeto de Lei Complementar para Aposentadoria Especial para o Profissional da Dança – PLP no 190/2015;
- Projeto de Lei que inclui as atividades profissionais da Dança no rol das CNAEs para atuação como MEI, PLP no 47/2022;

8

Apoio da FUNARTE/MinC na garantia de inclusão da Dança e do Teatro na Prova Nacional Docente – PND, através da alteração normativa na PND;

9

Consolidar o Centro de Dança da FUNARTE com uma equipe formada por profissionais da área, garantindo que seu funcionamento e os programas desenvolvidos estejam alinhados às demandas, especificidades artísticas e patrimoniais do campo da Dança;

10

Fortalecer o diálogo e ações com a Frente Parlamentar da Dança com apoio da FUNARTE/MinC;

11

Ampliar representatividade da Dança na CNIC;

12

Criar mecanismo de Mapeamento Cultural para balizar os critérios de repasse de recursos para os Estados e Municípios, via Políticas Públicas e instrumentos de financiamento, para garantir que os repasses alcancem os trabalhadores das Artes;

13

Publicização anual dos dados acerca dos investimentos no campo das Artes – Dança e das demais linguagens. Que sejam disponibilizados relatórios públicos de beneficiários e amplo acesso aos mecanismos digitais de acompanhamento e, com base nesses dados – realizados diagnósticos e mapeamentos contínuos;

14 Ampliar e fortalecer uma **Política de Ações Afirmativas com garantia de recursos para sua execução e que contemple:** povos negros e pardos, indígenas, quilombolas, ciganos, nômades, pessoas de religião de matriz africana, LGBTQIAPN+, pessoas com deficiência, cultura de rua, neurodivergentes, mulheres, pessoas trans e não binárias, hip hop, refugiados, pessoas em situação de rua e idosos e outras identidades invisibilizadas que venham a ser demandadas em todo o país;

15 Implementar **Ações Afirmativas em todos os mecanismos de fomento existentes, com percentual de recursos** destinados a grupos estruturalmente invisibilizados e com instrumentos de financiamento que considerem a equidade de gênero, étnico-racial, de territórios e acessibilidade;

16 Garantir acesso para coletivos informais e pessoas físicas através da **permissão de inscrição de pessoas físicas** representando artistas, grupos, coletivos, entre outros;

17 Apoio da FUNARTE na incidência de emendas parlamentares para que sejam direcionadas para a Dança e demais linguagens artísticas;

18 Ampliar de maneira significativa o acesso à Lei Rouanet com a criação da Rouanet das Artes com Linhas específicas para **Dança** e demais linguagens, contemplando a diversidade independente da **Dança**, para projetos de até 500 mil reais;

19 Desburocratizar os processos para assegurar a celeridade na execução dos recursos federais e parlamentares.

20 Implementar Políticas de Ações Continuadas em todas as instâncias federativas, ampliando o número de contemplados em editais plurianuais para projetos e grupos com trajetória reconhecida no campo da **Dança** Independente;

21 Assegurar proteção legal a projetos artísticos de impacto social – aprovados em leis estaduais e municipais garantindo a sua continuidade independentemente de mudanças de gestão, como uma política de Estado;

22 Estimular a participação dos Trabalhadores da Dança em redes de articulação, a exemplo da Plataforma Rede das Artes com o cadastramento de iniciativas de grupos contemplados/ inscritos em instrumentos de financiamentos e programas;

23 Garantir instâncias de participação social com caráter deliberativo, em Conselhos de Arte e Cultura que atuem diretamente na participação social da construção das políticas para as Artes, no campo da **Dança** e demais linguagens;

24 Fortalecer os Programas de Difusão da Dança, em articulação entre MinC, FUNARTE e outras instituições em âmbito governamental e privado, com base em reciprocidade cultural, diversidade estética e soberania artística.

25 Ampliar Programas de Internacionalização da Dança, em articulação entre MinC, FUNARTE, Itamaraty e outras instituições em âmbito governamental e privado, com base em reciprocidade cultural, diversidade estética e soberania artística.

26 Ampliar programas de Difusão Nacional e de Internacionalização que visam consolidar a Dança Brasileira como referência global, promovendo diálogo entre territórios, saberes e práticas que afirmam sua pluralidade e potência artístico-cultural.

1

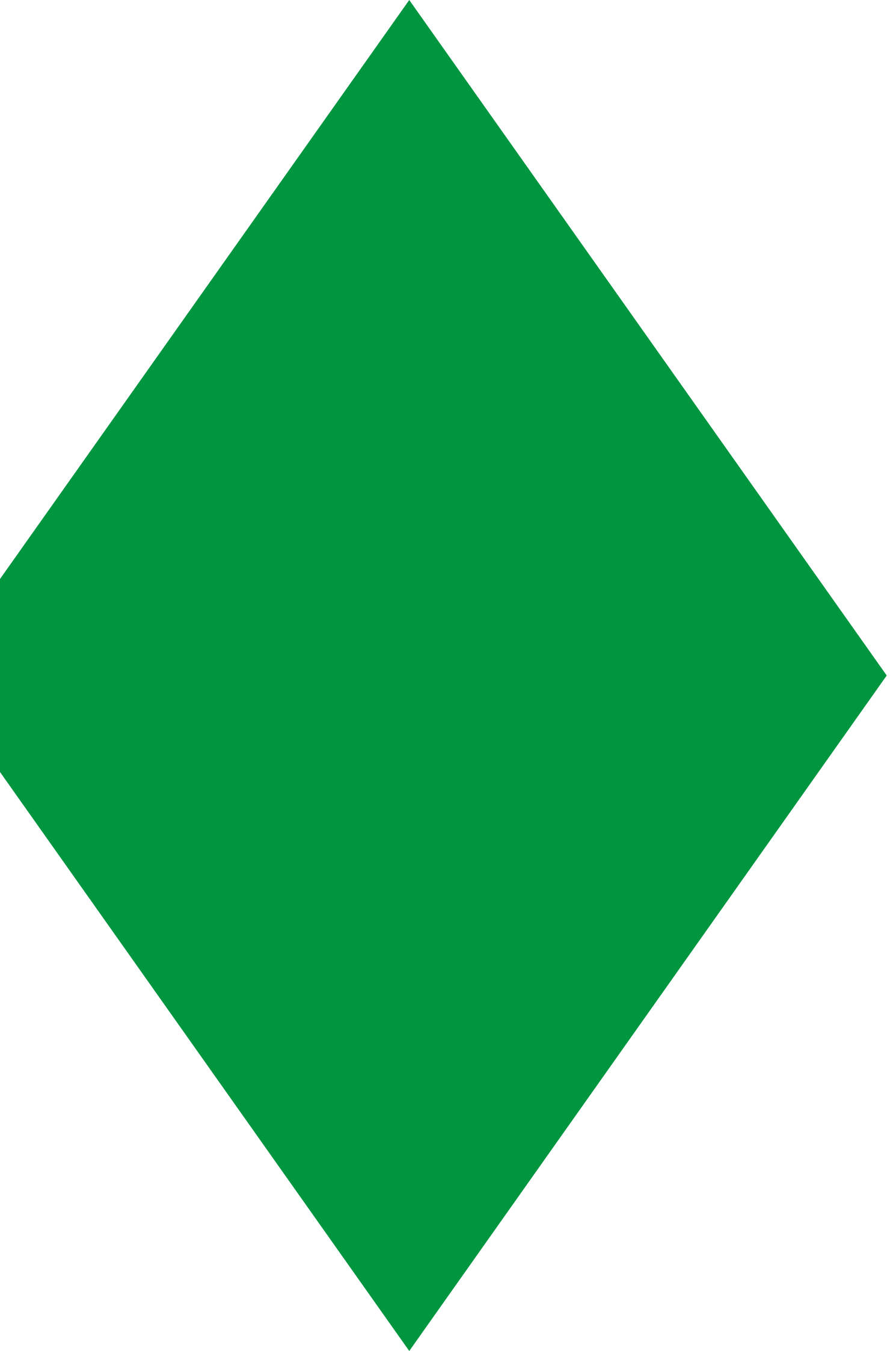
<https://www.instagram.com/p/DPOZ79Kjo99/?igsh=-dTRwZzZva2Vramht>

2

Mondiacult 2025: Ministros pedem reconhecimento da cultura como um Objetivo do Desenvolvimento Sustentável independente – Nonada Jornalismo

3

Setor cultural representa 3,55% das vagas de emprego e 3,39% do PIB mundial, mostra relatório – Nonada Jornalismo



MOÇÃO DE APOIO E SOLIDARIEDADE



nº 001/2025

AO FESTIVAL INTERNACIONAL DE DANÇA DE ARARAQUARA — FIDA

Nós artistas, gestores, representantes de grupos, coletivos, artistas independentes, integrantes do Fórum Nacional de Dança e entidades representativas da Dança Brasileira, reunidos nos dias 2 e 3 de setembro de 2025 em Brasília, durante a realização do Encontro Dança é Política,

- Considerando que a produtora Gilsamara Moura tem se destacado pela excelência na realização do Festival Internacional de Dança de Araraquara - FIDA na cidade de Araraquara, consolidando-se como um evento de grande relevância cultural para o município;
- Considerando que o festival fomenta a arte e a cultura, proporcionando acesso a diversas formas de dança e incentivando a fruição, além de promover a formação de público qualificado para as artes;
- Considerando ainda o impacto positivo do evento na economia local, gerando oportunidades de trabalho para diversos setores da sociedade;

Apresentamos essa **MOÇÃO DE APOIO E SOLIDARIEDADE** ao Festival Internacional de Dança de Araraquara - FIDA, pela sua abrangência artística, política e social. Repudiamos o cancelamento arbitrário e saudamos a resistência para que a edição de 2025 seja realizada.

Brasília, 3 de setembro de 2025

Participantes do Encontro Dança é Política

MOÇÃO DE PARABENIZAÇÃO



nº 002/2025

À FUNDAÇÃO NACIONAL DE ARTES (FUNARTE), PELA CRIAÇÃO DO CENTRO DE DANÇA

Nós artistas, gestores, representantes de grupos, coletivos, artistas independentes, integrantes do Fórum Nacional de Dança e entidades representativas da Dança Brasileira, reunidos nos dias 2 e 3 de setembro de 2025 em Brasília, durante a realização do Encontro Dança é Política,

- Considerando as atribuições da FUNARTE na formulação e implementação de políticas Setoriais, dentre as quais: fomentar e incentivar a produção, desenvolvimento e difusão das artes no Brasil, por meio de políticas públicas e programas estruturantes, como editais, bolsas e prêmios, que abarcam as áreas da dança, artes visuais, música, teatro e circo.
- Considerando que a FUNARTE também desenvolve ações voltadas para a formação, pesquisa, reflexão, e a memória das artes, além de manter espaços culturais e promover o acesso e a circulação de artistas e bens culturais por todo o país.

Apresentamos essa **MOÇÃO DE PARABENIZAÇÃO** à **Fundação Nacional de Artes – Funarte**, pela criação do **Centro de Dança**, um marco significativo para o fortalecimento, valorização e desenvolvimento da Dança e das artes do corpo no Brasil.

Brasília, 3 de setembro de 2025
Participantes do Encontro Dança é Política

MOÇÃO DE APOIO



nº 003/2025

À FUNDAÇÃO NACIONAL DE ARTES - FUNARTE, PELA IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DAS ARTES E DO PROGRAMA BRASIL DAS ARTES.

Nós artistas, gestores, representantes de grupos, coletivos, artistas independentes, integrantes do Fórum Nacional de Dança e entidades representativas da Dança Brasileira, reunidos nos dias 2 e 3 de setembro de 2025 em Brasília, durante a realização do Encontro Dança é Política,

- Considerando a relevância do Brasil das Artes: uma política nacional;
- Considerando os esforços empreendidos para a sistematização do acúmulo de discussões no campo das políticas públicas para as artes brasileiras;

Apresentamos **MOÇÃO DE APOIO à Fundação Nacional de Artes – Funarte, pela implementação da Política Nacional das Artes e do Programa Brasil das Artes, e que esta política seja chancelada por meio de decreto presidencial.** Trata-se de um marco significativo para o fortalecimento, valorização e desenvolvimento da Dança e das Artes no Brasil.

Brasília, 3 de setembro de 2025

Participantes do Encontro Dança é Política

MOÇÃO DE APOIO



nº 004/2025

À CRIAÇÃO DO PRÊMIO MERCEDES BAPTISTA PARA A DANÇA NO ÂMBITO DA FUNARTE

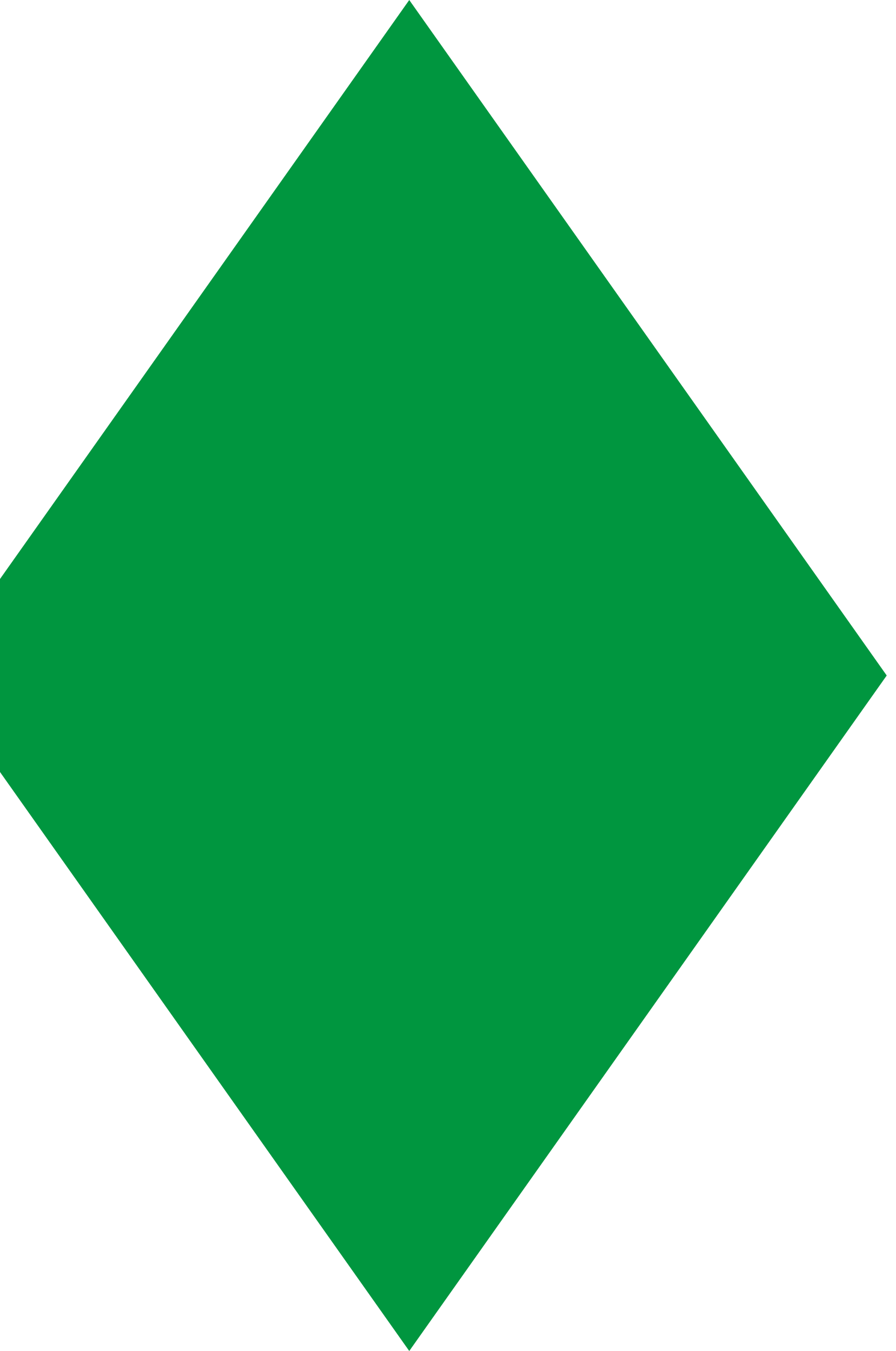
Nós artistas, gestores, representantes de grupos, coletivos, artistas independentes, integrantes do Fórum Nacional de Dança e entidades representativas da Dança Brasileira, reunidos nos dias 2 e 3 de setembro de 2025 em Brasília, durante a realização do Encontro Dança é Política,

- Considerando que a criação de um Prêmio Nacional de Dança que seja direcionado às mulheres negras e que leve o nome de Mercedes Baptista representa um gesto de profundo reconhecimento à trajetória, à contribuição artística e ao legado transformador dessa pioneira da dança no Brasil.
- Mercedes Baptista foi a primeira bailarina negra a integrar o Theatro Municipal do Rio de Janeiro, rompendo barreiras históricas em um cenário marcado pela exclusão racial e social, abrindo caminhos para gerações futuras.
- Sua obra inovadora fundiu a técnica clássica com os ritmos e expressões das culturas afro-brasileiras, resultando em uma linguagem coreográfica própria que ressignificou a dança no país e deu voz aos corpos historicamente marginalizados. Além de artista, Mercedes foi também uma militante incansável da valorização da identidade negra nas artes.
- Nomear esse prêmio em sua homenagem é, portanto, uma ação simbólica e reparadora, que fortalece a memória cultural brasileira, celebra a diversidade e estimula a valorização da dança como forma de expressão, resistência e transformação social

Apresentamos **MOÇÃO DE APOIO à criação do Prêmio Mercedes Baptista para a Dança, destinado à mulheres negras, no âmbito da FUNARTE.** Trata-se de um marco significativo para o fortalecimento, valorização e desenvolvimento da Dança e das Artes no Brasil.

Brasília, 3 de setembro de 2025
Participantes do Encontros Dança é Política







ANEXOS

EIXO	META	INDICADORES
Reconhecimento e Direitos	Garantir a inclusão da dança e do teatro na PND	Alteração normativa na PND; Número de audiências MinC/ MEC
Reconhecimento e Direitos	Reforçar a dança como linguagem autônoma na BNCC	Revisões curriculares que mencionam dança; Programas de formação docente
Reconhecimento e Direitos	Judicializar quando necessário para assegurar direitos culturais	Ações civis públicas protocoladas; Decisões judiciais favoráveis à dança
Estruturas e Governança	Consolidar a diretoria específica de dança na FUNARTE	Funcionamento regular da Diretoria de Dança; Número de programas específicos lançados
Estruturas e Governança	Fortalecer a Frente Parlamentar da Dança e ampliar representatividade na CNIC	Participação ativa do Fórum Nacional de Dança; Representantes da dança na CNIC
Estruturas e Governança	Exigir mapeamento cultural como critério de repasse	Número de estados/municípios com cadastros atualizados; Publicização anual dos dados
Democratização e Diversidade	Contemplar povos indígenas e comunidades tradicionais	Percentual de recursos reservados para povos indígenas; Projetos indígenas aprovados
Democratização e Diversidade	Garantir acesso para coletivos informais e pessoas físicas	Editais permitindo inscrição de pessoas físicas; Coletivos informais contemplados

Democratização e Diversidade	Implementar ações afirmativas em todos os mecanismos de fomento	Percentual de recursos destinados a grupos vulneráveis; Editais de inclusão
Financiamento e Orçamento	Disputar parte das emendas parlamentares para a dança	Volume captado via emendas; Número de projetos de dança financiados
Financiamento e Orçamento	Democratizar o acesso à Lei Rouanet	Linhas específicas para dança criadas; Projetos independentes aprovados
Financiamento e Orçamento	Garantir execução rápida dos recursos federais e parlamentares	Percentual de execução orçamentária; Tempo médio de liberação dos recursos
Sustentabilidade e Continuidade	Implementar as Ações Continuadas da PNAB	Número de grupos contemplados em editais plurianuais; Valor médio destinado
Sustentabilidade e Continuidade	Assegurar proteção legal a projetos de impacto social	Leis estaduais/municipais aprovadas; Projetos mantidos após mudanças de gestão
Sustentabilidade e Continuidade	Criar redes de grupos contemplados	Redes nacionais articuladas; Número de seminários e formações realizados
Participação e Controle Social	Garantir instâncias deliberativas com poder real de decisão	Conselhos de Cultura atuantes; Editais com participação social obrigatória
Participação e Controle Social	Ampliar a transparência na seleção e distribuição de recursos	Relatórios públicos de beneficiários; Mecanismos digitais de acompanhamento

RESUMO DA CONSULTA PÚBLICA

SETORIAL DA DANÇA

DANÇA NAS ARTES

Nº	SÍNTESE
1	Internacionalização com reciprocidade; foco em base comunitária e inserção em mercados/feiras.
2	Mapear diversidade; políticas por especificidades; plano por segmento; transformar em política de Estado.
3	Manter organização por linguagens (evitar distorções/multiculturalismo raso); alinhar a conselhos/setoriais.
4	Valorizar pluralidade (populares, afro, indígenas, urbanas, contemporâneas etc.).
5	Linhas específicas e descentralizadas; formação/circulação; plano nacional com foco em grupos minorizados; políticas permanentes.
6	Contemplar dança clássica.

7	Sem proposta (dúvida sobre PNAB).
8	Escuta ativa e diagnóstico por região.
9	Relação com meio ambiente.
10	Acessibilidade e direito cultural de PcD; educação; saúde via dança.
11	Política de formação (interior/capitais); mostras, residências e formação de plateia; profissionalização.
12	Sem contribuições no momento.
13	Facilitar acesso a informações e programas remunerados por lei.
14	Regulamentação da profissão com credenciamento por trajetória (não só títulos); portas para jovens criadores.
15	Profissionais de dança na educação básica; reconhecimento como mão de obra especializada.
16	Regras trabalhistas para dança comercial; fortalecer sindicato; proteção contra discriminação estética; seguridade social.
17	Maior presença de artistas nas decisões.
18	Crítica à participação social 'de fachada' nos entes federados; necessidade de escuta real.
19	'A dança une e reflete.' (valor simbólico/integrador).
20	Fundo setorial para a Dança.
21	Acessibilidade PcD ampliada.
22	Subsídios mínimos e vínculos (salário/benefícios/equipamentos); enfrentar desistências por precariedade.
23	Proposta RNDC: núcleos regionais; bolsas; dança nas escolas; circuito nacional; plataforma digital.

24	Regulamentação e proteção social; previdência; formação em gestão/produção.
25	Valorização do dançarino como artista; ampliar introdução da cultura de dança.
26	Mais investimentos.
27	Mais divulgação no interior; ampliar participação de cidades fora do circuito.
28	Acesso a independentes/sem CNPJ; mercado de trabalho; escolas livres; bolsas; salvaguarda; sustentabilidade/microcrédito.
29	Políticas com cotas.
30	Auxílio para deslocamento a plenárias; direitos trabalhistas para ação política.
31	Incentivos específicos setoriais.
32	Programa de contemplação para grupos juninos.
33	Abrir possibilidades ao artista independente do interior (ex.: Goiás).
34	Formação continuada de professores (antirracista/diversidade); residências nas escolas; núcleos escolares; projetos interdisciplinares.
35	Regulamentação com conselho federal/regional de profissionais da Dança.
36	Plano específico da dança (criação/circulação/formação/pesquisa/memória/divulgação/inclusão regional).
37	Demandas específicas: ampliar cursos técnicos/universitários; valores de fomento são irrisórios; difusão nacional/internacional.
38	Proposta estruturada: fomento, representatividade, formação, espaços, memória; plano nacional, fundo; integração intersetorial.
39	Formação técnica/artística em fronteiras; residências/intercâmbios; editais plurianuais específicos.

DANÇA NA PNAB

Nº	SÍNTESE
1	Rodas de conversa sobre acessibilidade cultural/estética em dança com base em realizações PNAB.
2	Edital PNAB específico para escolas de dança (critérios/seguridade a fundadores).
3	(Entrada 'a') — sem conteúdo propositivo.
4	Comissões de avaliação com especialistas em dança.
5	Percentual fixo para dança; apoiar grande porte e comunitário; formação com certificação/reconhecimento; circulação nacional.
6	Abrir canais à arte erudita.
7	Encaminhar projetos direto a MinC/Funarte (evitar filtros de estados conservadores).
8	Vetores: artístico, pedagógico e registro.
9	Interações em grupos para pesquisa de bem-estar.
10	Editais como renda a artistas independentes; reforço do papel da PNAB.
11	Identificar quem vive só de dança e priorizar fomento a esses profissionais.
12	Sem contribuições no momento.
13	Acesso facilitado e remuneração maior; lei mais acessível.
14	Ação para novos criadores (20–40 anos).

15	Percentual para a Dança.
16	Profissionalização/ proteção a quem vive da dança no mercado: categorias para dança comercial/independente; boas práticas; linhas para autônomos/MEIs; canal de denúncias.
17	Honestidade e imparcialidade dos governantes na execução.
18	Crítica à participação social 'de fachada' (como no Tema 1).
19	Dança como competência de expressão (ênfase educativa).
20	Fundo Setorial para a Dança.
21	Mais cursos inclusivos para todos.
22	Denúncia de valores baixos/itens de custo invisíveis (ensaios, saúde do corpo); pagamento de ensaios.
23	PNSD: fundo permanente; cadastro nacional; residências regionais; programa 'Dança Viva'; formação/gestão/técnica.
24	Percentuais mínimos nos repasses; editais regionais; redes de circulação; gestão/ difusão digital; memória; internacionalização.
25	Incluir dançarinos de mercado nos conselhos; critérios para autônomos; proteção e difusão fora do teatro institucional.
26	Mais oportunidades gerais.
27	Inclusão da dança nos editais; incentivo no interior; dança em programas de saúde.
28	Bolsas para jovens/mestres; memória (acervos/publicações); apoio a espaços; comissões específicas; cotas mínimas em editais gerais (ex.: Salvador).
29	Mais divulgação.
30	Auxílio para deslocamentos; direitos trabalhistas para luta política.

31	Editais para construção de espaços próprios.
32	Setor junino carece de recursos; mapear necessidades.
33	Abrir possibilidades ao independente do interior (ex.: Goiás).
34	Editais exclusivos de dança em todos os territórios; manutenção de academias/centros em cada bairro.
35	Pacote: editais territoriais; formações/apoio técnico; premiações de trajetória; circulação/memória; fortalecimento de espaços/rede.
36	Alerta: substituição de recursos próprios por PNAB em estados/municípios; precarização via terceirização; defender escuta setorial real.
37	Proposta estruturada PNAB: linhas exclusivas (manutenção/ circulação/ criação/ audiovisual), participação social, transparência, monitoramento, articulação federativa e privado, plataformas digitais, formação de público.
38	Estimular adesão de estados/municípios ao programa com recursos destinados à dança.
39	(Consolidação das diretrizes de fomento e continuidade ao setor via PNAB).

DANÇA NA SNC

Nº SÍNTESE

- | | |
|----|--|
| 1 | Rever participação política de base; alternância/legitimidade em colegiados; coletivizar debates. |
| 2 | Reforço do que foi dito antes (integração com economia criativa e políticas de Estado). |
| 3 | Aproximar SNC de economia criativa; política perene de Estado para artes. |
| 4 | Garantir representação da dança em fóruns/conselhos/instâncias. |
| 5 | Inserir a dança em Planos de Cultura com metas/indicadores; representação em conselhos/colegiados; redes/pontos de dança; monitorar investimentos. |
| 6 | Profissionalizar escolas de nível (clássico/contemporâneo). |
| 7 | Sem proposta (PNAB). |
| 8 | Intercâmbio entre partes. |
| 9 | Transmitir conhecimento por linguagem corporal. |
| 10 | Dança como acessibilidade/corpo. |
| 11 | Encontros regionais/estaduais/nacionais para profissionalização e política permanente. |
| 12 | Sem contribuições no momento. |
| 13 | Lei para garantir salário mínimo a artista independente; mais programas remunerados. |
| 14 | Mobilização ativa pelo poder público: convocar quem vive/estuda dança; superar subnotificação/baixa projeção. |

15	Criar coordenações de Dança em estados/municípios.
16	Representação de dançarinos comerciais; editais para autônomos; proteção trabalhista; difusão em shows/mídias digitais.
17	Cobrança de responsabilidade efetiva dos órgãos.
18	Crítica à 'escuta fake' e pacto federativo sem participação popular real.
19	Dança fortalece musculatura/saúde (ênfase bem-estar).
20	Implementar sistema setorial previsto na CF; incluir Dança no CNPC; recriar colegiados; revisar Plano Setorial; criar Fundo Setorial.
21	Intérpretes de Libras em todos os eventos.
22	Conceber dança como ampla/multicultural/identitária; cuidar de idosos; manter dança nas escolas; abordar PcD/raça/gênero/sexualidade; garantir condições de 'viver' da dança.
23	PDEB: conselhos de dança locais; indicadores no SNIIC; fomento tripartite; 'Dança em Rede'; formação de gestores.
24	Conferências de dança dentro das conferências de cultura; pauta própria/participação ampla.
25	Ampliar instrumentos de pactuação com indicadores específicos; Observatório Nacional de Dança; redes intermunicipais/ interestaduais.
26	Introduzir dança nas escolas periféricas; projetos com dança como arte principal.
27	Acessibilidade.
28	Apoio à formação no interior; incentivo a festivais.
29	Institucionalizar dança como área autônoma de políticas públicas.
30	Mais recursos direcionados a artistas de dança.

31	Auxílio para deslocamentos; direitos trabalhistas para luta política.
32	Mais participação social do setorial da dança.
33	Elaboração de projetos (capacitação).
34	Segurança financeira/saúde; direitos tipo CLT.
35	Planos setoriais da dança com diretrizes/metas/orçamento; conselhos de dança; editais específicos; percentuais fixos; manutenção continuada; redes/festivais; representatividade ampliada.
36	Incluir agentes da dança nos PAAR via conselhos e consultas; formar redes para monitorar repasses e transparência.
37	Implementar o Plano Nacional da Dança (PND) proposto no XVI FND/2023.
38	Proposta estruturada para o SNC: setorial no CNPC; PND com diagnóstico/metas/indicadores; articulação com planos estaduais/municipais.
39	Política Nacional da Dança; Centros Regionais de Referência (formação/pesquisa/intercâmbio).